

Revista **1ª** EVOLUÇÃO



**Percebi a força do teatro
com as crianças...**

Alexandre Gatti



Filada à:
ABEC
BRASIL
Associação Brasileira de Editores de Jornais



INTERNATIONAL
SERIAL
NUMBER
0267-2573



Platform &
workflow by
OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Vilma Maria da Silva

Organização: Manuel Francisco Neto / Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.54>

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac Chateauneuf
José Wilton dos Santos
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Dr. Isac Chateauneuf
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Dr. Isac Chateauneuf

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado
Lee Anthony Medrado
Vilma Maria da Silva

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 5, n. 54 (ago. 2024). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2024. 182 p. : il. color

Bibliografia

Publicação contínua desde 2020.

Bimestral aguardar

e-ISSN 2675-2573

Disponível apenas online.

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.54

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Colaboradores voluntários em:



São Paulo | 2024

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo
CNPJ: 28.657.494/0001-09

05 EDITORIAL

Antônio R. P. Medrado

7 DESTAQUE

ALEXANDRE GATTI

10 POIESIS

J. Witon

ARTIGOS



SUMÁRIO

1. A MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA NO ENSINO SOBRE OS POVOS ORIGINÁRIOS ANDRÉ ALVES DE ALBUQUERQUE	11
2. A RELIGIÃO NA ESCOLA PÚBLICA: UM DESAFIO PARA A DEMOCRACIA ANTONIO RAIMUNDO PEREIRA MEDRADO	19
3. EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA COMO ALIADAS PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO FERNANDA JAQUELINA IRINEU HOLANDA	25
4. AS ARTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: FUNDAMENTOS E BENEFÍCIOS FRANCINEUMA DE LIMA	31
5. INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA E A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES GRAZIELA DE CARVALHO MONTEIRO	37
6. O DIREITO DE ACESSO A UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA HERBERT MADEIRA MENDES	43
7. TRABALHANDO AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL JANAINA PEREIRA DE SOUZA	55
8. PSICOMOTRICIDADE VOLTADA PARA O DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL JÉSSICA MIDORI NINOMIYA RIBEIRO	61
9. O IMPACTO DAS ATIVIDADES LÚDICAS NO TRABALHO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOSENEIDE DOS SANTOS GOMES	67
10. GESTÃO ESCOLAR E A COMPLEXIDADE ADMINISTRATIVA DA ADMINISTRAÇÃO MARIA APARECIDA DA SILVA	73
11. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E SUA INFLUÊNCIA NA CULTURA ALIMENTAR E NA CONCEPÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DOS EDUCADORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO: ANÁLISE HISTÓRICA MARIA DE FÁTIMA DE BRUM CAVALHEIRO	79
12. ARTICULAÇÃO ENTRE OS ESPAÇOS EDUCATIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DE FÁTIMA COSTA ROCHA	89
13. PROPOSTA DE ACTIVIDADES DIDÁCTICAS PARA A PROMOÇÃO DAS "ARTES PLÁSTICAS" NOS ALUNOS DO ENSINO PRIMÁRIO DA ESCOLA PRIMÁRIA Nº 20 "AUGUSTO NGANGULA" EM NDALATANDO MÁRIO ANTÓNIO TULUMBA	95
14. A FUNÇÃO DA AVALIAÇÃO FORMATIVA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NELSON MARCOS CORREIA PEDRO	109
15. O PAPEL DA GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO POTÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES NO CENTRO EDUCACIONAL UNIFICADO – CEU DE ARICANDUVA DA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO ROSELI MARCELLI SANTOS DE CARVALHO	115
16. ENSINO HÍBRIDO: MODELOS, DESAFIOS E BENEFÍCIOS ROSINALVA DE SOUZA LEMES	131
17. BRINCADEIRAS TRADICIONAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM TRAÇO CULTURAL SILVIA HARUE YOGUI	137
18. CONFLITOS ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA SOBRE A SEXUALIDADE SIMONE DE CÁSSIA CASEMIRO BREMECKER	143
19. MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS SOBRE AS COMPETÊNCIAS DE APRENDIZAGEM NOS ALUNOS DA 6ª CLASSE NA PROVÍNCIA DO UÍGE TAVARES DOS SANTOS MUHONGO	151
20. AS DIFICULDADES DE CRIANÇAS HIPERATIVAS E AS INTERVENÇÕES DOCENTES VIVIANE DE CÁSSIA ARAUJO	159
21. IMPLICAÇÕES DA RELAÇÃO SAUDÁVEL ENTRE PROFESSORES E ALUNOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM WILDER DALA QUINJANGO	165
22. O DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE E A PSICANÁLISE WIVIAN LINARES DE SOUZA	171

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

**ESTA REVISTA É MANTIDA E FINANCIADA POR PROFESSORAS E PROFESSORES.
SUA DISTRIBUIÇÃO É, E SEMPRE SERÁ, LIVRE E GRATUITA.**

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial idealizado pela **Edições Livro Alternativo** com o objetivo de **empoderar e inspirar educadores** na jornada de compartilhar suas pesquisas, estudos, experiências e relatos de vivências.

UM CORPO EDITORIAL DE EXCELÊNCIA:

Nossa equipe conta com especialistas, mestres e doutores(as), todos com vasta experiência na rede pública de ensino, além de profissionais experientes nas áreas do livro e da tecnologia da informação. Essa expertise garante a qualidade e o rigor científico das publicações da revista.

INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA:

Um dos nossos diferenciais é a total independência, viabilizada pelo **financiamento colaborativo de professores e professoras**. Essa autonomia nos permite defender a liberdade de expressão e a diversidade de ideias, priorizando a qualidade dos conteúdos e o impacto positivo na educação.

PROPÓSITOS QUE IMPULSIONAM A TRANSFORMAÇÃO:

- **Promover o debate** crítico e reflexivo sobre os diversos aspectos da educação, com base nas vivências, pesquisas, estudos e experiências dos profissionais da área;
- **Proporcionar a publicação** de livros, artigos e ensaios que contribuam para o aprimoramento da educação e o desenvolvimento profissional dos educadores;
- **Apoiar a publicação** de obras de autores independentes, democratizando o acesso à informação e promovendo a diversidade de vozes;
- **Incentivar o uso de softwares livres** na produção de materiais didáticos e na difusão do conhecimento, promovendo a inclusão digital e a redução de custos;
- **Fomentar a produção de livros** por professores e autores independentes, reconhecendo e valorizando a experiência e o saber dos profissionais da educação;

PRINCÍPIOS QUE GUIAM A NOSSA ATUAÇÃO:

- **Priorizar trabalhos voltados para a educação**, cultura e produções independentes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática;
- **Utilizar exclusivamente softwares livres** na produção de livros, revistas e materiais de divulgação, promovendo a transparência, a colaboração e a acessibilidade;
- **Incentivar a produção de obras coletivas** por profissionais da educação, fomentando a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos;
- **Publicar e divulgar livros de professores** e autores independentes, valorizando a diversidade de vozes e perspectivas na educação;
- **Respeitar a liberdade e autonomia** dos autores, garantindo a originalidade e a autenticidade das obras publicadas;
- **Combater o despotismo, o preconceito e a superstição**, defendendo os valores da democracia, da tolerância e do respeito à diversidade;
- **Promover a diversidade e a inclusão**, valorizando as diferentes culturas, identidades e experiências presentes na comunidade educacional.

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é mais do que uma revista, é um movimento pela transformação da educação, um espaço para a colaboração, o aprendizado e a inovação.

Junte-se a nós e faça parte da construção de um futuro mais promissor para a educação!

Filiada à: _____



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Platform & workflow by OJS / PKP

MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS SOBRE AS COMPETÊNCIAS DE APRENDIZAGEM NOS ALUNOS DA 6ª CLASSE NA PROVÍNCIA DO UÍGE

TAVARES DOS SANTOS MUHONGO¹

RESUMO

Neste artigo científico, abordou-se sobre “materialização das políticas educativas sobre as competências de aprendizagem nos alunos da 6ª classe na província do Uíge”. Este artigo tem como objectivo: determinar o grau de materialização das políticas educativas sobre as competências de aprendizagem em alunos da 6ª classe na província do Uíge. Para o presente estudo, optou-se ao modelo de abordagem qualitativo-quantitativo, num estudo descritivo-exploratório. Foi possível perceber que a maioria dos inquiridos alegaram que os seus alunos apresentam dificuldades em leitura, escrita e cálculos, 100% afirmaram que a forma como orienta o processo de ensino e aprendizagem contribui para o desenvolvimento de competências nos alunos, 86% dos inquiridos não têm o livro do INIDE com o título de: Currículo do Ensino Primário e não têm a actual lei de bases do sistema de educação e ensino. A maioria dos inquiridos disseram que a forma como o professor lecciona as aulas ajuda-lhe a aprender ler, escrever e a efectuar cálculos. Com base nos resultados adquiridos na presente pesquisa sugeriu-se o seguinte: que a Direcção Provincial de Educação do Uíge promova palestras e outras actividades sobre a materialização das políticas educativas em Angola de formas a incentivar os professores e gestores escolares a adquirirem o livro (Currículo do Ensino Primário) e a actual lei de bases do sistema de educação e ensino; que se promovam formações sobre as formas de orientação do processo de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa, Matemática e as demais disciplinas do plano curricular da 6ª classe; que os pais e encarregados de educação acompanhem o desenvolvimento educacional dos seus filhos/educando, indo na escola, observando os cadernos bem como os planos de progressão das habilidades e ajuda-los a realizar as tarefas em casa. A forma como o Professor realiza e orienta o processo de ensino-aprendizagem é um dos pressupostos de materialização das políticas educativas, particularmente no que diz respeito às competências de aprendizagem escolar dos Alunos. O grau de materialização das políticas educativas sobre as competências de aprendizagem nos Alunos da 6ª Classe na Escola Primária na província do Uíge é baixo.

Palavras-chave: Materialização; Políticas Educativas; Competências; Alunos primários.

INTRODUÇÃO

O contexto situacional da educação em Angola apresenta inúmeros desafios que, inevitavelmente, condicionam a garantia do direito à educação, com vista à materialização de

uma educação justa, solidária e de qualidade. Não sendo uma situação nova, há muito que o país tem vindo a debater-se com estes desafios tendentes a melhorar a garantia do direito à educação, nos domínios de acesso para todos,

¹ Professor do Ministério da Educação, colocado no gabinete Provincial da Educação do Uíge, estudante de doutoramento em Desenvolvimento Curricular, na Universidade do Minho Portugal.

manutenção, qualidade, equidade e inclusão, conforme estabelecido nos termos do quarto objectivo da Agenda das Nações Unidas, no quadro do desenvolvimento sustentável, (ODS4).

Para que haja sucesso no processo de ensino-aprendizagem ou para que as políticas educativas sejam materializadas na íntegra é necessário que o professor tenha domínio das formas de orientações metodológicas de ensino das disciplinas curriculares da classe. Mas para que isso seja uma realidade,

Segundo Piletti (2010), o professor não deve ser dominador, que emprega a força, ordena, ameaça, culpa, envergonha e ataca a posição pessoal do aluno; evidentemente (essa atitude) exercerá sobre a personalidade do mesmo (aluno) uma influência distinta do professor que solicita, convida e estimula a atenção e o interesse de aprender. Este, por meio de explicações, faz com que os seus objectivos adquiram significado para o aluno, o qual passa a ter uma atitude de simpatia e colaboração (p.17).

Para o presente estudo, optou-se ao modelo de abordagem qualitativo-quantitativo, num estudo descritivo-exploratório, fez-se recurso a diferentes técnicas e instrumentos de pesquisa, nomeadamente: observação, pesquisa bibliográfica, análise documental, Entrevista e Inquérito por questionário.

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO EDUCATIVO ANGOLANO

A Política Educacional é uma série de medidas planeadas e implementadas por um governo no campo da educação, intervindo nos processos formativos e informativos desenvolvidos em sociedade. “A política educacional diz respeito à medida que o poder público toma relativamente aos rumos que se deve imprimir à educação” (Saviani, 2005, p. 29).

No âmbito das políticas educativas que visam a reconstrução e desenvolvimento da República de Angola a reforma educativa, em curso no país, assumem uma importância crucial, constituindo um vector estratégico no combate à

pobreza e ao analfabetismo, na promoção da saúde, na redução das desigualdades sociais e de géneros, na recuperação socioeconómico, na consolidação de uma sociedade democrática e de direito e no alcance e preservação da paz (Ministério da Educação, 2012).

Gaspar e Diogo (2013) afirmam que a definição de uma política educativa baseia-se em estudo e diagnósticos prévios, isto é, no conhecimento e na apreciação dos seguintes aspectos:

- a) População (características humanas, tradição histórica, nível cultural, evolução demográfica, migração e deslocamentos da população, taxas de natalidade, etc.);
- b) Sistema económico (recursos, serviços disponíveis ou exigidos, nível de qualificação profissional requerido, planos de desenvolvimento etc.);
- c) Sistema político (características, possibilidade ou oportunidade de reformas, etc.);
- d) Sistema educativo (instituidade ou oportunidade de reformas, etc.); profissional requerido, planos de desenvolvimento etc.); prévios, isto é, abandono; custos, estudos comparativos existentes, etc.).

Para além destes estudos, que constituem a sua base científica, a definição de uma política educativa baseia-se também numa base ideológica, constituída pelos princípios humanos, sociais e culturais segundo os quais se quer orientar a educação.

O fundamento deste estudo é a educação e como ela se manifesta na política de educação em Angola, quer na forma de texto legal quer em outros programas vinculados à efectivação da educação. A legislação é uma entidade que congrega os desígnios da política, pelo menos ao nível da sua proposição. Stromquist (2007), sobre este princípio, as leis, mesmo quando não implementadas, podem jogar um papel fundamental. As leis educacionais servem para reforçar o mandato social conferido às escolas.

De acordo com Paxe (2014) a aprovação da lei de bases do sistema de educação e ensino é fundamentada pela vontade de realizar a

escolarização de todas as crianças em idade escolar, de reduzir o analfabetismo e aumentar a eficácia escolar. Ela também se fundamenta na necessidade de readaptação do sistema educativo para responder as novas exigências da formação dos recursos humanos definidos como necessários para o progresso socioeconômico da sociedade angolana. Essa readaptação ocorre no momento de transição de um ideal de economia de orientação socialista para uma de mercado.

LEI DE BASES DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO E ENSINO

Segundo a lei nº 17/16 de 7 de Outubro conjugada com a lei de alteração 32/20 de 12 de Agosto no seu artigo 17º o Sistema de Educação e Ensino é unificado e está constituído por seis subsistemas de ensino e quatro níveis de ensino. Os Subsistemas de Ensino são os seguintes:

- a) Subsistema de Educação Pré-Escolar;
- b) Subsistema de Ensino Geral;
- c) Subsistema de Ensino Secundário Técnico-Profissional;
- d) Subsistema de Formação de Professores;
- e) Subsistema de Educação de Adultos;
- f) Subsistema de Ensino Superior.

Os Níveis de Ensino são os seguintes:

- a) Educação Pré-Escolar,
- b) Ensino Primário;
- c) Ensino Secundário;
- d) Ensino Superior.

De acordo com a lei nº 17/16 conjugada com a lei de alteração 32/20 de 12 de Agosto no seu artigo 24º o Subsistema de Ensino Geral é o fundamento do Sistema de Educação e Ensino que visa assegurar uma formação integral, harmoniosa e sólida, necessária para uma boa inserção no mercado de trabalho e na sociedade, bem como para o acesso aos níveis de ensino subsequentes.

Segundo o decreto presidencial nº 276/19 no seu artigo 8º, o Subsistema de Ensino Geral estrutura-se em:

- a) Ensino Primário;
- b) Ensino Secundário.

O mesmo decreto diz ainda que o Ensino Primário é o fundamento do ensino geral constituindo a sua conclusão com sucesso, condição indispensável para a frequência do ensino secundário. O Ensino Primário tem a duração de 6 (seis) anos e têm acesso ao mesmo as crianças que completem pelo menos 6 (seis) anos de idade no ano da matrícula.

De acordo com a lei nº 17/16 de 7 de Outubro conjugada com a lei de alteração 32/20 de 12 de Agosto, o Ensino Primário integra três ciclos de aprendizagem, compreendendo 2 (duas) classes para cada ciclo e organiza-se da seguinte forma:

- a) 1.ª e 2.ª classes, sendo a avaliação final dos objectivos pedagógicos do ciclo efectuada na 2.ª classe;
- b) 3.ª e 4.ª classes, sendo a avaliação final dos objectivos pedagógicos do ciclo efectuada na 4.ª classe;
- c) 5.ª e 6.ª classes, sendo a avaliação final dos objectivos pedagógicos efectuada na 6.ª classe.

A mesma lei, diz ainda que o ensino primário é feito nas seguintes condições:

- a) Da 1ª à 4ª classe em regime de monodocência;
- b) Da 5ª à 6ª classe, nos termos a regulamentar em diploma próprio.

1.3 FORMAS DE ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA PARA A REALIZAÇÃO DAS AULAS NA 6ª CLASSE

Tendo em vista a materialização das políticas educativas, existem diversas formas de orientação metodológica para a condução das aulas nas diferentes classes e disciplinas. Para o presente estudo, centramos a abordagem em duas disciplinas da 6ª Classe, nomeadamente a Língua Portuguesa e a Matemática.

Para UNICEF (1998) no Ensino Primário o ensino da Língua Portuguesa engloba um conjunto de actividades como Ortografia, Gramática, Redacção e Leitura/Interpretação e Leitura/Escrita.

Na perspectiva do UNICEF (idem), o método aconselhável para o ensino da Gramática é o método indutivo-dedutivo, sendo necessário

que o professor leve as crianças a observar e analisar exemplos concretos conduzindo-as à elaboração da regra e posteriormente à sua aplicação na prática.

Para isso, tal como afirma Piletti (1985) « a gramática não deve ser ensinada como fim, mas como meio do aluno usar os recursos linguísticos de forma compatível não só com as suas necessidades imediatas de comunicação como também com o grau crescente de especialização e complexidade exigido pelo próprio processo de interação verbal».

A redacção é a actividade que o aluno realiza para transmitir mensagens pessoais e criativas, narrando exprimindo sentimentos e pontos de vista. Com o exercício de redacção os alunos produzem mensagens orais e escritas, melhoram a sua capacidade de ordenação de ideias, a correcção da língua e a clareza com que se expressam (Carvalho e Quizela, 2007, p.18).

Na 6ª classe, a redacção que deve ser feita é a redacção individual. A redacção individual é quando o aluno realiza sozinho e pode ser com tema livre ou com tema sugerido.

A ortografia é uma actividade da Língua Portuguesa que consiste em levar os alunos a aprender a escrever correctamente. Para Carvalho e Quizela (2007) a ortografia é a forma correcta de escrever as palavras. A ortografia ensina a escrever correctamente e sem erros.

Segundo M'Fuansuka (2005) a Matemática é uma disciplina indispensável na formação geral do ser humano, pois permite desenvolver no aluno capacidades de raciocínio e de comunicação, bem como as capacidades de revolver problemas práticos da vida, estimulando o gosto por esta disciplina.

Pedro (2006), estabelece que, o ensino da Matemática tem as seguintes finalidades:

- Desenvolver a capacidade de raciocínio;
- Desenvolver a capacidade de comunicação;
- Desenvolver a capacidade de utilizar a Matemática como instrumento de interpretação e intervenção no real;
- Promover a realização pessoal,

mediante o desenvolvimento de atitudes de autonomia e cooperação.

Ao ensinar Matemática, devemos dar condições para o aluno poder desenvolver toda a sua potencialidade, sua capacidade criativa e seu espírito crítico. Optar por esse ensino, não é simples: requer um compromisso maior, muito trabalho e estudo.

Segundo UNICEF (1998) o desenvolvimento da matéria, é constituída por várias fases metodológicas que são: Manipulação; Representação gráfica ou esquemática ou figurativa; Representação simbólica ou matemática; Automatização e Exploração. Mas para 6ª classe nos interessa apenas as três últimas fases metodológicas.

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Feita a recolha de dados através das técnicas e instrumentos adoptados, em função da natureza e dos objectivos da pesquisa, no presente capítulo procedeu-se a apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos. Deste exercício emergiram as conclusões do estudo realizado.

Gráfico 1- Opinião dos Professores acerca de qual o grau de materialização das políticas educativas sobre as competências de aprendizagem nos Alunos da 6ª Classe na província do Uíge.

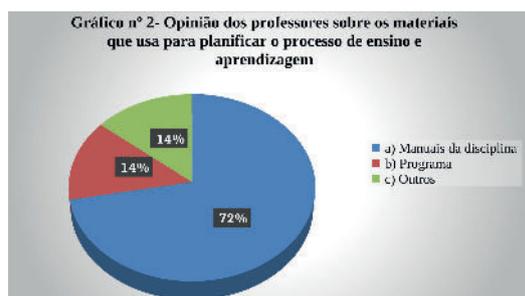


Com base na tabela e gráfico acima, 43% afirmam que o grau de materialização das políticas educativas sobre as competências de aprendizagem nos Alunos da 6ª Classe na província do Uíge é baixo, 29% médio, 14% alto respectivamente muito baixo.

Segundo a questão acima colocada, pode-se aferir que o grau de materialização das políticas educativas sobre as competências de aprendizagem nos Alunos da 6ª classe na

provincia do Uíge é baixo, porque os pressupostos que estão estabelecidos na lei de bases como é o caso dos objectivos específicos do ensino primário (artigo 29º) não são reflectidos nos alunos, pois é bastante notório ver alunos da 6ª classe com dificuldades sérias nos domínios de escrita, leitura, cálculo, apresentando a maioria deles um grau de dislexia, disgrafia e discalculia total ou parcial.

Gráfico 2- Opinião dos Professores sobre os materiais que usam para planificar o processo de ensino e aprendizagem.

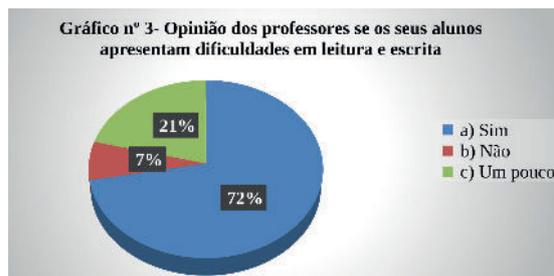


No que concerne a esta questão 72% afirmaram que os materiais que usam para planificar o processo de ensino e aprendizagem são os manuais da disciplina e 14% são programas respectivamente e outros.

Pode-se deduzir que a maioria dos professores usam os manuais da disciplina para planificar o processo de ensino e aprendizagem. Isso demonstra que muitos aspectos são desconhecidos pelo professor, como por exemplo, os objectivos gerais do ensino primário, da disciplina, da disciplina na classe, o plano temático com as suas respectivas horas lectivas e os objectivos gerais de cada tema, na medida em que estes figuram no Programa da 6ª classe que a maior parte dos professores são desprovidos do mesmo.

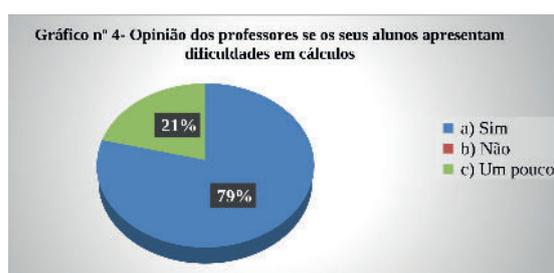
O desconhecimento dos dados acima mencionados tem impedido que o professor faça uma planificação ideal para o processo de ensino e aprendizagem, por isso, tem-se observado vários debates nas Zonas de Influência Pedagógica, relacionados à formulação de objectivos que o próprio programa já apresenta, mas por não usarem perde-se muito tempo, facto que tem despoletado muitos dissensos entre os professores na mesma zona de influência pedagógica, e quase que o consenso tem sido bastante difícil.

Gráfico 3- Opinião dos professores se os seus alunos apresentam dificuldades em leitura e escrita



Olhando para os indicadores, pode-se afirmar que maior parte dos professores inquiridos na ordem de 72%, admitem haver muitos alunos com problemas de dislexia e disgrafia, mas simplesmente veem-se encruzilhados no sentimento refém de nada fazer para inverter o quadro, tal como a prática demonstra. Apesar deste elevado número, uns poucos inquiridos na proporção de 7% afirmam seus alunos não apresentarem problemas de leitura e escrita, enquanto outros 21% assumiram a resposta da alínea "c" caracterizada pelos alunos com um pouco de problemas de leitura e escrita.. Este elevado indicador, apela-nos a todos enquanto atores do sistema, desde a estrutura macro, meso, micro e operativa do sistema no sentido de repensar-se caminhos conducentes à melhoria deste desiderato.

Gráfico 4- Opinião dos Professores se os seus Alunos apresentam dificuldades em cálculos

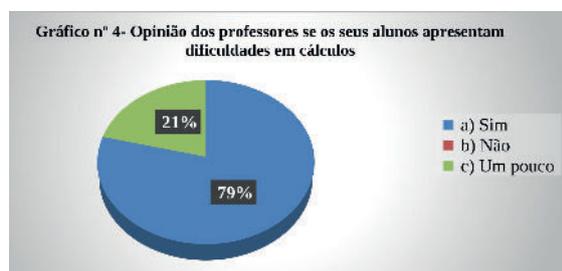


Os dados indicam que 79% dos inquiridos disseram que os seus alunos apresentam dificuldades em cálculos e 21% responderam que apresentam alguns problemas neste domínio.

Esse número elevado de alunos que apresentam dificuldades nos cálculos é bastante preocupante, na medida em que revelam a ineficiência na concretização das finalidades de aprendizagens dos alunos. Facto que

compromete as ampliações das competências dos alunos neste domínio nas classes seguintes.

Gráfico 5- Opinião dos Professores se têm a actual Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino



Olhando para esta tabela 13 e o gráfico 12 dos depoimentos dos professores inquiridos indicam que 86% não têm a actual lei de bases do sistema de educação e ensino, 14% afirmam ter.

A ausência ou o desconhecimento da actual lei de bases do sistema de educação e ensino pelo professores demonstra que os professores trabalham num determinado nível de ensino que desconhecem o seu suporte legal, seu desenho curricular, objectivos definidos no quadro da política pública. Motivo pelo qual, muitos professores incorrem nas actividades lectivas sem saberem o ponto de partida, muito menos de chegada para a dinâmica que se exige no desenvolvimento das competências terminais e da aprendizagem significativa como tal.

Entretanto, do ponto de vista da lei, a maior parte dos Professores da Escola Primária na província do Uíge apresentam baixos níveis de conhecimentos acerca dos pressupostos que concorrem para um ensino de qualidade nos termos do referencial normativo do sistema educativo angolano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a apresentação, análise e interpretação dos resultados da pesquisa materialização das políticas educativas sobre as competências de aprendizagem nos Alunos da 6ª Classe na Escola Primária província do Uíge, teve-se em considerações os seguintes aspetos:

A forma como o Professor realiza e orienta o processo de ensino-aprendizagem é um dos pressupostos de materialização das políticas

educativas, particularmente no que diz respeito às competências de aprendizagem escolar dos alunos.

O grau de materialização das políticas educativas sobre as competências de aprendizagem nos Alunos da 6ª Classe na Escola Primária na província do Uíge é baixo.

Em regra, os Professores da 6ª Classe da Escola Primária não seguem com devido rigor os passos metodológicos de uma aula, o que se reflecte na aprendizagem da escrita, leitura e cálculos dos alunos.

Há um baixo nível de conhecimento das políticas educativas por parte dos professores da 6ª Classe na Escola Primária na província do Uíge.

O fraco domínio sobre as políticas e normativos do Estado relativas ao processo de educação e ensino escolar, influencia negativamente na forma como alguns professores orientam o processo de ensino e aprendizagem e não contribui no desenvolvimento de competências de aprendizagem nos alunos da 6ª Classe da Escola Primária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Carvalho, F. e Quizela, L. Guia do Professor. Língua Portuguesa 3º classe. Luanda: Texto, 2007.
- Decreto Presidencial n.º 276/19 de 6 de Setembro de 2019. Regime Jurídico do Subsistema de Ensino Geral. Iª Série n.º 116. 2019.
- Gaspar, P. e Diogo, F. Sociologia da Educação e Administração Escolar. Portugal: Plural editores, 2013.
- Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino n.º 17/16 de 7 de Outubro de 2016. Diário da República I Série n.º 170.
- Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino n.º 32/20 de 12 de Agosto de 2020. Diário da República I Série n.º 123.
- Ministério da Educação. (2012). Balanço da Implementação da Reforma Educativa nos Subsistema de Ensino: educação pré-escolar, ensino geral, formação de professores e ensino técnico-profissional. Luanda.
- M'fuansuka, J. K. (2005). Guia do professor. Matematica 1ª classe. Luanda: Texto.
- Paxe, I. P. V. (2014). Políticas Educacionais em Angola-Desafios do Direito à Educação.
- Pedro, I. (2006). Guia do Professor. Matematica 3ª classe. Luanda: Texto.
- Piletti, C. (1985). Didática Especial. São Paulo: Ática.
- Saviani, D. A política educacional no Brasil. In. STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (orgs.). Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Volume III: Século XX. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- Stromquist, N. P. (2007). State and civil society response to education for all: Linking global dreams to national

realities in Peru. In: BAKER, David P.; WISEMAN, Alexander W (Eds.). Education for all: global promises, national changes: international perspectives on education and society. Oxford: Elsevier, v. 8. p. 257-278.

UNICEF. (1998). A criança em situação difícil. Luanda.



Revista **a EVOLUÇÃO** 54 Maio 2018 ISSN 2675-2573



Percebi a força do teatro com as crianças...

Alexandre Gatti



www.primeiraevolucao.com.br

ABEC INI Crossref

doi <https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.54>

ORGANIZAÇÃO:
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

André Alves de Albuquerque
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Fernanda Jaquelina Irineu Holanda
Francisca Francineuma de Lima
Graziela de Carvalho Monteiro
Herbert Madeira Mendes
Janaina Pereira de Souza
Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro
Joseneide dos Santos Gomes
Maria Aparecida da Silva
Maria de Fátima Costa Rocha
Maria de Fátima de Brum Cavalheiro
Mário António Tulumba
Nelson Marcos Correia Pedro
Roseli Marcelli Santos De Carvalho
Rosinalva de Souza Lemes
Sílvia Harue Yogui
Simone de Cássia Casemiro Bremecker
Tavares dos Santos Muhongo
Viviane de Cássia Araujo
Wilder Dala Quinjango
Wivian Linares de Souza



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Platform & workflow by OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

